

Conceita Sortane diz que casamentos prematuros são uma questão da pobreza

Maputo (Canalmoz) – A ministra da Educação e Desenvolvimento Humano diz que os casamentos prematuros não são apenas fruto de uma questão cultural, derivam também da pobreza de que enferma o país. Segundo a ministra, os casamentos prematuros e a gravidez precoce são uma realidade nas escolas. Os números indicam que, em 2017, 1.233 alunas foram vítimas de casamentos prematuros e, nos últimos três anos, 7.417 alunas estiveram em estado de gravidez precoce, tendo algumas desistido de ir à escola.

“Isto remete-nos a todos nós para reflectirmos sobre os melhores mecanismos de prevenção e combate sem tréguas a esses males que limitam o desenvolvimento da rapariga”, disse Conceita Sortane, ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, quando falava, na quinta-feira, em Maputo, durante a abertura da Primeira Conferência Internacional sobre Educação da Rapariga.

Segundo a ministra da Educação, os casamentos prematuros e a gravidez precoce destacam-se nas províncias

de Niassa, Cabo Delgado, Nam-pula, Zambézia, Gaza e Maputo.

Conceita Sortane disse que a conferência acontece numa altura em que o Governo está a envidar esforços para a reconstrução dos danos causados por dois fenómenos naturais, os ciclones “Idai”, na região centro do país, e “Kenneth”, na região norte. Ambos destruíram, principalmente nas províncias de Sofala e Cabo Delgado, 4.035 salas de aulas e afectaram 233.455 alunos e 10.576 professores.

“Reconhecemos que devemos continuar a mobilizar e consciencializarmos toda a comunidade escolar para a mudança de atitude e comportamento, munindo-a de conhecimento para a prevenção e combate ao assédio, casamentos prematuros, gravidez precoce e todo o tipo de violência, incluindo sexual”, disse Conceita Sortane e acrescentou que não menos importante é fortalecer as acções de saúde sexual reprodutiva em toda a comunidade escolar. “Temos vindo a apoiar as nossas alunas na gestão de

higiene menstrual, em material de protecção de emergência, prevenção do cancro do útero, do tétano, das ITS, VIH-SIDA e mais. Contudo ainda não nos sentimos confortáveis e queremos mais, capacitar todas e todos com as ferramentas principais de educação para a saúde.”

Nos últimos três anos, 91,8% das raparigas tiveram retenção no Sistema de Educação e, destas, 82,2% estiveram em situação positiva.

Por sua vez, Gaspar Sitefane, presidente do Movimento Educação para Todos, disse que há necessidade de criação de leis que possam salvaguardar os direitos da rapariga.

“As leis que dizem respeito aos direitos da rapariga às vezes não são implementadas devidamente. A Carta Internacional dos Direitos Humanos apela que toda a criança tem o direito à educação”, disse Gaspar Sitefane.

A Primeira Conferência Internacional sobre Educação da Rapariga teve a participação de representantes do Gana, Cabo-Verde, Namíbia, Malawi, Uganda e Quênia, que, em conjunto, trocaram experiências

sobre políticas e práticas positivas existentes nestes países, com vista a promover a retenção da rapariga na Educação em Moçambique.

As “disparidades de género” no

sector da Educação são um problema que ocorre em todas as fases, sendo, no entanto, mais acentuado nas classes subsequentes ao Ensino Básico. Em Moçambique,

nove em cada dez raparigas ingressam no Ensino Primário, mas apenas uma média de 1,5 de cada dez raparigas ingressam no Ensino Secundário. **(Reginaldo Mangue)**